

DECOLONIZANDO IDENTIDADES

Pertenencia y Rechazo
de/desde el Sur Global

EDITORES

Chiara Olivieri
Antonio Ortega Santos



UNIVERSIDAD
DE GRANADA



EDITORES

OLIVIERI, Chiara

ORTEGA SANTOS, Antonio

**DECOLONIZANDO IDENTIDADES
PERTENENCIA Y RECHAZO DE/DESDE
EL SUR GLOBAL**

UNIVERSIDAD DE GRANADA

INSTITUTO DE MIGRACIONES

GRANADA 2017

This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License.

To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>
or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.



1ª edición: diciembre 2017

Título: Decolonizando Identidades. Pertenencia y Rechazo de/desde el Sur Global

©Instituto de Migraciones, Granada, 2017

©Chiara Olivieri y Antonio Ortega Santos, por el prólogo

Textos: © de la autoría

Gestión de la publicación: Adelaida Megías-Megías
Instituto de Migración

Diseño y composición: Lourdes García Soto

Editado por: Instituto de Migraciones
Polígono Tecnológico Ogjares
C/ Zamora. Parcela 111-112
Universidad de Granada
18151 Ogjares (Granada)
Teléfono: +34 958249315
Fax: +34 958249330
<http://migraciones.ugr.es/>
migraciones@ugr.es

ISBN: 978-84-921390-5-7

ÍNDICE

INTRODUCCIÓN	7
---------------------	----------

Chiara Olivieri
Antonio Ortega Santos

ESPACIO 1. NARRATIVAS Y DISCURSOS DE LA DECOLONIALIDAD	11
---	-----------

<u>ESCRIBIR PARA CONTAR TODAS LAS HISTORIAS, ESCRIBIR PARA RESISTIR</u>	<u>13</u>
---	-----------

Margarita Bujosa Segado

<u>LITERATURA, DIVERSIDAD Y RELACIONES DE PODER</u>	<u>27</u>
---	-----------

Lucía Chovancova

<u>EL NACIMIENTO DE LA NACIÓN RUMANA REEXAMINADO. UNA MIRADA DECOLONIAL</u>	<u>39</u>
---	-----------

Valer Simion Cosma

<u>JUEGO DE PRISMAS PARA DIÁLOGOS PLURIVERSALES</u>	<u>53</u>
---	-----------

Begoña Dorronsoro

<u>PONIENDO LAS RELACIONES EN EL CENTRO: LA PAH DE BARCELONA</u>	<u>65</u>
--	-----------

Rocío García Soto

<u>IDENTIDADES "BLANCAS" VS IDENTIDADES "NEGRAS": LA CONSTRUCCIÓN DE DISCURSOS RACISTAS EN LOS LIBROS DE GEOGRAFÍA E HISTORIA DE EDUCACIÓN SECUNDARIA</u>	<u>77</u>
---	-----------

José Manuel Maroto Blanco

<u>HEGEMONÍA Y SUBALTERNIDAD: LA DECONSTRUCCIÓN EPISTEMOLÓGICA DE LA IDENTIDAD EN LOS FEMINISMOS POSCOLONIALES</u>	<u>91</u>
--	-----------

Daniel Peres Díaz

ESPACIO 2. LUCHAS DECOLONIALES. ACCIONANDO EL FUTURO	105
---	------------

<u>TRAVESTI ES UNA MUJER CON CUATRO COJONES Y DIEZ SENTIDOS: EXPERIENCIAS DE TRABAJADORAS SEXUALES BRASILEÑAS TRANS EN BARCELONA</u>	<u>107</u>
--	------------

Fernanda Belizário

<u>LO POLÍTICO Y LOS ABRAZOS. REFLEXIONES SOBRE LA CARAVANA A GRECIA, ABRIENDO FRONTERAS</u>	119
Ana Belén Estrada Gorrín	
<u>CARAVANA A GRECIA, ABRIENDO FRONTERAS: UN CUESTIONAMIENTO DEL ORDEN INTERNACIONAL EN MATERIA DE REFUGIO Y ASILO</u>	125
Sira Peláez Orero	
<u>EL DESARROLLO DE IDENTIDADES PALESTINAS DIFERENCIADAS BAJO EL PODER COLONIAL</u>	131
Diego Checa Hidalgo	
<u>DESCOLONIZAR EL DESARROLLO: IDEAS DE DESARROLLO DESDE LOS PUEBLOS AFRO INDÍGENAS EN LATINOAMÉRICA</u>	145
Jessica Fernandez Norales	
<u>LA LUCHA SOCIAL TRANSFORMADORA DE LOS MOVIMIENTOS JUVENILES EN AMERICA LATINA Y SU DERECHO A RE-EXISTIR</u>	157
Randolfo García Sandoval	
<u>DESCOLONIZANDO UMA NAÇÃO: OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS TRAÇANDO CAMINHOS DA TUTELA À AUTODETERMINAÇÃO</u>	169
Gabriela de Freitas Figueiredo Rocha	
<u>LA JUSTICIA KICHWA: EXISTE Y RESISTE</u>	181
Verónica Yuquilema Yupangui	
<u>ESPACIO 3. IDENTIDADES Y MIGRACIONES</u>	195
<u>SGUARDI POSTCOLONIALI SULL'ACCOGLIENZA</u>	197
Anastasia Barone	
<u>IDENTIDAD Y PERTENENCIA DEL EXILIO REPUBLICANO ESPAÑOL EN LA RED INTERNET: GENERANDO MEMORIA Y CULTURA A TRAVÉS DE LAS PLATAFORMAS SOCIALES DIGITALES Y EL USO DEL OPEN DATA</u>	211
Lidia Bocanegra Barbecho	
<u>ISTERIE IDENTITARIE E RIGURGITI NEOLOCALISTI</u>	223
Salvatore Crisogianni	

LA MIGRACIÓN COMO PROBLEMA AMBIENTAL GLOBAL DESDE UNA
PERSPECTIVA DOCENTE-EDUCATIVA 235

Miguel Iraido Gutierrez Espinosa
Bertha Gregoria Salvador Jiménez
Mavel Moré Estupiñán

MIGRAZIONI, ANTIFASCISMO E RESISTENZE NELL'EUROPA DEI TOTALITARISMI 247

Olga Massari

IDENTIDADES FLUÍDAS: *MACUNAÍMA* ENTRE HETEROGENEIDADE E FUSÃO 259

Dea Merlini

'MI HIJO ES NEGRO PERO NO ES INMIGRANTE'. LA CUESTIÓN DE LOS
'ORÍGENES' EN LA ADOPCIÓN TRANSNACIONAL 273

Estefanía Muriedas Díez

RAZZISMO IN ITALIA: VOGLIAMO PARLARNE? ANALISI DI DISCORSI POLITICI,
MEDIATICI E ISTITUZIONALI 287

Luca Sebastiani

PRESENÇA CHINESA EM MOÇAMBIQUE, 2000-2015: HETERO-IDENTIDADES,
'NEOCOLONIALISMO' E 'APARTHEID' SÓCIO-LABORAL? 301

Jafar Silvestre Jafar

TOWARDS WHITENESS: ORIENTATIONS OF THE EUROPEAN WHITE LEFT 315

Carlos Cordero-Pedrosa
I Jin Jang

REVOLUCIÓN EN LA ACADEMIA 327

Jordan Sánchez

Silvestre Jafar, J. (2017). Presença chinesa em Moçambique, 2000-2015: hetero-identidades, “neocolonialismo” e “apartheid” sócio-laboral?. (Eds.), *Decolonizando Identidades. Pertenencia y Rechazo desde el Sur Global* (pp. 301-314). Granada, España: Instituto de Migraciones [ISBN: 978-84-921390-5-7]

PRESENÇA CHINESA EM MOÇAMBIQUE, 2000-2015: HETERO-IDENTIDADES, 'NEOCOLONIALISMO' E 'APARTHEID' SÓCIO-LABORAL¹?

Jafar Silvestre Jafar

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

1. INTRODUÇÃO

A presença chinesa em Moçambique remonta dos finais do século XIX, quando artesãos chineses foram contratados pelos colonos portugueses. Dos meados aos finais do século XX, a imigração chinesa aumentou progressivamente apesar de algum recuo no pós-independência, depois guerra civil e com a recuperação económica associada à descoberta de vários recursos, os fluxos voltaram a subir.

As relações económicas sino-moçambicanas são amplamente estudadas por vários autores, dentre os quais se destacam Roque (2009), Horta (2008), Rosinha (2009), Chichava (2010, 2011a, 2011b), Chichava e Alden (2012), Roque e Alden (s/d); contudo, fazem análises ‘a partir de cima’ e suas abordagens confluem com discursos oficiais

1. Este artigo resulta de um ensaio apresentado no Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global CES/FEUC 2015-2016, Universidade de Coimbra. E-mail: marrongane@gmail.com. Agradeço a Marta Sítio pelos comentários e sugestões.

ao considerarem que as relações são boas, promissoras e que a China é parceiro estratégico para o desenvolvimento. Essas abordagens são ‘macroscópicas’, pois ignoram o carácter explorador da China e invisibilizam problemas ambientais, laborais e sociais que advêm da exploração desenfreada de recursos naturais e humanos.

Dito isto, o presente trabalho procura analisar se a imigração e o investimento chineses desaguam num conflito de identidades, (neo) colonialismo e apartheid’ sócio-laboral. Para tal, faz-se breve revista ao conceito migração da história das relações sino-moçambicanas; analisa-se a dinâmica da exploração de recursos naturais e das relações sociais e laborais entre chineses e moçambicano se inspirado em trabalhos seminais de Chichava (2010, 2011a, 2011b e 2012) e Feijó (2006).

2. MIGRAÇÃO: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Geralmente, migração é a mudança interna ou externa, (in)voluntária, permanente ou não de residência de um ou mais indivíduos (Everett, 1966: 49). Migração é uma prática antiga, mas enquanto conceito, surge nos finais do século XIX com publicação do trabalho “*The Laws of Migration*” de Ravenstein (1885,1889). A partir daí, demógrafos, economistas, geógrafos têm vindo a estudar diversamente este fenómeno tendo em conta a sua relação com o (sub)desenvolvimento.

Basicamente, o conceito migração circunscreve-se a um binómio de teorias: (1) Teoria neo-clássica de equilíbrio (funcional) - segundo a qual a maior parte das causas da migração é de matriz económica, isto é, migrantes saem das regiões pobres para desenvolvidos e/ou das regiões mais populosas para menos populosas, o que resulta num equilíbrio económico-espacial (De Haas, 2008: 4). Há três debates adstritos à esta teoria: (i) o impacto da transação de remessas, visto quer na perspetiva económica quer etnográfica (Carling, 2014: 227-251); (ii) relação migração e globalização, sendo que esta última alarga, aprofunda e acelera a circulação e (inter)conectividade das pessoas no mundo contemporâneo (Czaika and De Haas, 2015 *apud* Held *et al.*, 1992 : 2) devido aos baixos custos de transportes e das tecnologias de informação e comunicação (Czaika and De Haas, 2015 *apud* Castells, 1996; Santos, 2002a); e (iii) migração interfaces com (sub) desenvolvimento, este debate se desenvolve numa abordagem dicotómica autores neoliberais e marxistas: os primeiros são otimistas na

migração como geradora de desenvolvimento nas zonas de partida e os segundos são pessimistas ao considerarem que migração causa '*the migrant syndrome*' (dependência ao trabalho migratório, tradução minha) e desigualdades nas zonas de origem sobretudo nos países subdesenvolvidos (De Haas, 2010: 230-238). (2) Teoria histórico-estrutural e crescimento assimétrico (marxista) – esta considera que a migração resulta das roturas e deslocações intrínsecas aos processos de acumulação capitalista, ou seja, é uma das manifestações do capitalismo e das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (Massey *et al*, 1998: 36 *apud* De Haas, 2008: 7).

Este trabalho apoia-se em ambas teorias por entender que os chineses migram dum país mais populoso para menos, de onde têm menor rendimento para onde procuram ter mais rendimento através de acumulação de capital. No contexto moçambicano, este processo de acumulação de capital se caracteriza por uma exploração desenfreada de recursos naturais/humanos locais através investimento de capitais e envolvimento dominante de empresas e mão-de-obra chinesas.

3. "GRANDE SALTO" CHINÊS EM ÁFRICA: DE BANDUNG AO FOCAC

Com a expressão 'grande salto' pretende-se mostrar, num breve historial, as metamorfoses que nortearam as relações sino-moçambicanas sofridas desde a Conferência de Bandung à atualidade.

Depois da segunda guerra de Ópio (finais do séc. XIX), muitos artesãos chineses migraram para fora do país devido ao desemprego, ditadura e desigualdades internas (Ling, 1912; Keidel, 2007; (Lancaster, 2007; Roque, 2009; Medeiros, 2003). Aventa-se que os primeiros chineses que chegaram em África estiveram ao serviço da Companhia das Índias Holandesas no Cabo (África do Sul) e posteriormente passaram ao capital mineiro, que florescia naquele país (Park, 2009). Na mesma época, colonos ingleses e franceses começaram a contratar *coolies*² para suas plantações no Índico.

Foi neste contexto que 30 artesãos de Guangdong (Cantão) chegaram a Moçambique ao serviço dos colonos portugueses (Zamparoni, 2000; Medeiros, 2003 e 2007; Macagno, 2012). A partir dessa altura até à independência, o número das famílias chinesas aumentou gradualmente e grande delas concentrou-se nas cidades da Beira e

2. *Esteréotipo usado pelos ingleses para designar trabalhadores chineses e indianos de baixo status nas suas possessões nas ilhas do Índico e no Sudeste asiático (Medeiros, 2007 In Boletim Oficial de 1858).*

Maputo onde fundou associações, estabelecimentos comerciais e integrou-se nas comunidades (sub)urbanas locais (Zamparoni, 2000; Medeiros, 2007; Macagno, 2012).

Entre 1950-70, a China, inspirada nos princípios da Conferência de Bandung (1955), solidarizou-se e apoiou movimentos de libertação africanos, incluindo a *Frente de Libertação de Moçambique* (FRELIMO) (Chichava, 2010: 339-40) e, no pós-independência, muitos *cooperantes* chineses desenvolveram programas solidários, apesar de, no mesmo período, muitas famílias de origem chinesa terem se dispersado para África do Sul, Brasil e Portugal (Medeiros, 2007).

Na aurora do século XXI, o número de imigrantes chineses voltou a subir devido aos recursos naturais e as oportunidades económicas (Feijó, 2006). Com efeito a solidariedade demonstrada no passado transformou-se em cooperação económica (Schirere, Ndikumana e Walkenhorst, 2011; Roque e Alden, s/d: 12). Neste contexto a China transformou-se num novo “colonizador” dos países africanos (Horta, 2008; Jacques, 2009; Rosinha, 2009). Portanto, a China deu ‘grande salto’, de Bandung ao *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC), mecanismo multilateral sino-africano através do qual desenvolve a estratégia *resources for infrastructure*³ para manter seu poderio económico-industrial e ao mesmo tempo afirmar-se como *global player* (Lopes e Nascimento, 2013).

É neste contexto que Moçambique se tornou um dos destinos privilegiados do investimento chinês em África. Actualmente mais de 100 empresas chinesas dominam vários setores: madeireiro, energético, agrícola, industrial, pesca e aquacultura, imobiliário, construção civil, turismo e hotelaria, transportes e telecomunicações, serviços e outros (Chichava, s/d: 41; Quan, Macaclub, 17/03/2017). Apesar de os discursos oficiais considerarem este processo bom e promissor, os ganhos económicos e sociais estão muito longe de corresponderem a *win-win situation*.

Em muitas empresas chinesas de construção civil, empregadores e trabalhadores chineses violam a integridade física e moral dos moçambicanos, impõem longas horas de trabalho com salários baixos, discriminam racialmente, não cumprem com os parâmetros sobre contratação de trabalhadores estrangeiros previsto da Lei de Trabalho (cf. Artigos 31º e 33º da Lei nº23/2007 de 1 de Agosto). Ainda assim, os discursos oficiais⁴ alegam que a violência física e moral

3. Para este assunto, ver Ross (Reuter, 09/07/2015), Konijn (2014) e Jone (2013).

4. Por exemplo, Director do Projecto do Estádio de Zimpeto (Feijó, 2006).

se deve à diferenças na cultura de trabalho, e o elevado número de trabalhadores chineses em obras públicas tem a ver com a falta de mão-de-obra qualificada nacional (Feijó, 2006: 150-175), mas sabe-se que isso se deve à dependência em relação ao investimento chinês, fragilidade negocial e incapacidade fiscal por parte do GdM.

Assim, o domínio chinês resume-se a dois prismas: (1) económico – empresas chinesas têm espaço privilegiado que as nacionais; a ajuda, doações, perdão da dívida⁵ têm rosto amigável, mas, na prática equivalem à *tied aid* (ajuda condicionada), pois os recursos naturais são pilhados em troca, e isso não gera desenvolvimento social (Robinson, 2012: 3 e 11) como se crê⁶, mas sim dependência económica. (2) Social – expropriação de terras, destruição de florestas e do meio ambiente e sobretudo exploração de mão-de-obra local com recorrente violência física e moral, exclusão social e estereotipização dos trabalhadores moçambicanos no meio laboral, aplicação de salários baixos, violação sistemática da lei de trabalho (Feijó, 2006).

4. HETERO-IDENTIDADES

Identidade é o conjunto de traços (culturais, linguística e sociais, etc.) que caracterizam um grupo ou grupos de indivíduos (Berger and Luckmann, 1966; Hall, 1996); nesta perspetiva, hetero-identidades são características de grupos distintos. Isto tem relação intrínseca com a alteridade (*cf.* Ashcroft, Griffiths and Tiffin, 1998: 11; *cf.* Todorov, 1992) e com a 'invenção da tradição' (*cf.* Hobsbawm and Ranger, 1983) que caracterizam processos de interação ou (inter)dependência de grupos de identidades diferentes, a partir dos quais se estabelecem relações de poder e representações entre eles. Geralmente, isso desagua numa série de colonialidades (Quijano, 2005), Lander, 2005; Mignolo, 2005) enquanto processos de dominação e subalternização que ocorre entre povos com identidades diferentes que habitam no mesmo espaço (Quijano, 2005 *apud* Assis, 2014).

No contexto moçambicano, os chineses e os moçambicanos representam identidades completamente diferentes do ponto de vista cultural, linguístico e económico. Tradicionalmente, o chinês migra

5. Depois do FOCAC 2000, China perdoou 22 milhões de dólares da dívida externa (Chibava, s/d: 35).

6. Para Armando Guebuza, por exemplo, a imigração e investimento chineses para África tem vontade genuína e solidária de desenvolver o continente, tal como foi na luta de libertação (Agência Lusa 11/07/2008 *apud* Chibava, 2010: 338).

para trabalhar, prosperar e voltar rico a casa (Ling, 1912), por isso mantém os seus hábitos culturais e a língua, e raramente assimila outras culturas particularmente dos países pobres. Neste sentido, Feijó (2006) considera que a diferença cultural e linguística entre empregadores e trabalhadores chineses e os moçambicanos têm sido vetor de discriminação racial e exclusão social no meio laboral. Este espectro discriminatório associado ao domínio económico e à exploração desmedida de recursos naturais pelos chineses configura um novo colonialismo.

5. UM (NEO)COLONIALISMO À CHINESA?

A teoria dominante define neocolonialismo como um sistema através do qual países ocidentais vêm mantendo os seus interesses coloniais nos países pobres em África, Ásia e América Latina desde meados do século XX. Um dos mecanismos deste sistema é o domínio económico feito através de investimento de capitais (Nkrumah, 1965; Vakruchev, 1975); por exemplo na indústria extrativa (Bond, 2007; Burgis, 2015) e na agricultura (Liberti, 2011; Broughton, 2013).

Com o surgimento de países ‘emergentes’ no Sul como África do Sul, Brasil, China, Índia, surgem também novas ‘geografias imperiais’ disfarçadas no mapa da cooperação Sul-Sul (Girouard, 2008; Bulow and Widenborg, 2013: 5-11). É neste contexto que a China emerge como ‘novo colonizador’ em África desde os limiares do século XXI, usando mecanismos económicos sofisticados⁷, sem ingerência política em assuntos domésticos (Lancaster, 2007; Chichava e Alden, 2012; Robinson, 2012; (Visentini e De Oliveira, 2012).

Com efeito, a emergência do ‘(neo)colonialismo chinês’ em África suscitou intenso debate quer na imprensa mundial (*cf.* Grammaticas, 2012; Tiffen, 2014; Sautman and Hairong, 2015) quer em fóruns académico-científicos (*cf.* Dewidar, 2015; Menell, 2010; Ogunrotifa, 2011; Michael, 2013).

O investimento direto chinês em África aumentou de \$200 bilhões em 2000 para \$2000 bilhões em 2012 envolvendo mais de 800 empresas (Jones, 2013). A China doa e concede empréstimos sem juros para explorar recursos (Kobzev, 2013). Aliás, a China concede seus créditos com garantias de recursos naturais (Hanlon, 2010 apud Chichava, s/d: 39).

7. *Doações, créditos e investimentos chineses são relativamente mais rápidos e menos burocráticos que os de países ocidentais.*

Em Moçambique, por exemplo, o volume de investimento subiu de 216.5 milhões em 2000 para 578.8 milhões em 2010 (Chichava, 2011b; s/d) e até \$6 mil milhões em 2017 (Nie Quan, MacaHub 17/03/2017), entretanto, a sua materialização implica exploração de recursos naturais e humanos como foi no passado colonial (Serra, 2008 *apud* Feijó, 2006: 156), e se for mal gerida, a presença chinesa poderá ser pior que a portuguesa (Horta (2009).

O investimento chinês domina setores da economia moçambicana, por exemplo: (1) Agrícola, neste operam várias empresas, dentre as quais destacam-se: a *Hubei Liafeng Mozambique Co. Lda*, esta investiu \$1.2 milhões para produção de arroz no regadio de Ponela (Xai-Xai), mas teve parca produção de 380 toneladas em três épocas agrícolas 2007-2010. Em 2011, o nome do Projecto passou para *Wanbao Africa Agricultural Development Lda*, investiu \$ 289 milhões para produção de arroz no baixo Limpopo, mas este último, tal como outros, expropriou 20.000 hectares e introduziu lógicas capitalistas que afetaram negativamente a economia das comunidades locais (Madureira, 2014: 29). Projeto do Vale do Zambeze investiu \$50 milhões (crédito concessional do *Exim Bank*), dos quais \$30 milhões aplicados na construção de 3 fábricas de agro-processamento (Angonia, Guro e Namacurra) e \$20 milhões na importação de equipamentos (Chichava, 2011a: 381-5) e prevê-se a fixação de 20.000 chineses na região (Horta, 2007 *apud* Roque e Alden, s/d: 25). Este é um dos sectores que tem se beneficiado de muito investimento chinês nos últimos 10 anos, mas os resultados ainda não são tangíveis.

(2) Florestal – Desde 2000, muitas empresas chinesas exploram madeira de forma desenfreada e ilegal; por exemplo, em 2013, foram exportadas 300 mil toneladas, 90% das quais ilegalmente (Sapo, 23/07/2014), lesando o Estado em mais de \$540 milhões (DW, 21/07/2015). Este é o sector mais afectado pelas empresas extrativistas chinesas e os prejuízos irreparáveis do ponto de vista ambiental e económico.

(3) Construção civil – empresas chinesas constroem várias infra-estruturas, como pontes, edifícios governamentais, complexos desportivos, sistemas de abastecimento de água, escolas, estradas, etc., mas a forma com elas são construídas não difere muito do *xibalo* aplicado no passado colonial pelo facto de desrespeitar sistematicamente um conjunto de princípios laborais (Feijó, 2006: 151-175).

6. 'APARTHEID' SÓCIO-LABORAL

No espírito deste trabalho, entende-se por 'apartheid' sócio-laboral a sistemática discriminação social no meio laboral, relacionado com capital *versus* trabalho (Santos, 2002a; Quijano, 2005: 118) e com a questão do Outro, representações e relações de poder (Mignolo, 2003: 85). Em Moçambique, nas empresas chinesas coexistem dois mundos separados: o dos moçambicanos, que sofrem violência física e moral, segregação racial; trabalham longas horas em precárias condições de higiene e segurança, recebem salários baixíssimos e sem assistência social garantida, (*cf.* Feijó, 2006: 161-175); e o dos patrões chineses, detentores do capital e do *know how*, exploradores, racistas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com modelo *resources for infrastructures*, a China pretende manter-se potência económica e *global player*, e para suster estes designios usa estrategicamente seu investimento, empresas e cidadãos. Visto 'a partir de baixo', o domínio económico chinês configura uma (neo) colonização, pois, apesar das infra-estruturas e outros benefícios, a China explora recursos naturais e humanos quase reeditando o passado colonial. Será este modelo, baseado em troca de recursos (finitos) por infra-estruturas, promotor de desenvolvimento sustentável?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adam, Yussuf; Klaey, Andreas e Machele, Júlio (2011). “*No fim não vai ficar nada*”: *Exploração dos Recursos Florestais em Cabo Delgado*. Relatório do Trabalho em Namiune, 5º Congresso. Cabo Delgado.
- Alves, André Gustavo Miranda Pineli (2010). “Os interesses chineses da China África”. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Deint, nº 1.
- Anshan, Ali (2007). “China and Africa: Policy and Challenges”. *World Security Institute*, Vol. 3, no. 3.
- Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth and Tiffin, Helen (1998). *Key concepts in Post-Colonial Studies*. London and New York: Routledge.
- Berger, Peter L. e Luckmann, Thomas (1966). *The Social Construction of Reality*. London and New York: Penguin Books.
- Broughton, Alan (2013). “*Land grabbing: A new colonialism*”. *Green Social Thought: A Magazine of Synthesis and Regeneration*. Spring.

- Bülow, Johan and Widenborg, Måns (2013). *Sino-African Relations: Neo-Colonialism or "South-South" Cooperation?* Lund University, Department of Political Science (Spring).
- Burgis, Tom (2015). *A Pilhagem de África*. Tradução de Ângelo Santana, 3ed, Portugal: Vogais Editora.
- Carling, Jørgen (2014). "Scripting remittances: Making sense of money transfers in transnational relationships". *International Migration Review (IMR)*, Vol. 48, N° 1, (Fall) pp. 218-262.
- Chavisso, Estevão Azarias (s/d). *A Comunidade Chinesa em Moçambique já se globalizou*. Entrevista ao Presidente da Associação Comunidade Chinesa em Moçambique (ACCM) Luís Wong.
- Chichava Sérgio e Alden Chris (org.) (2012). *A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em perspectiva*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e SAIILA.
- Chichava, Sérgio (2010). "Moçambique na Rota da China" *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE.
- Chichava, Sérgio (2011a). "As economias "emergentes" no sector agrícola moçambicano: Leituras, implicações e desafios" *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE.
- Chichava, Sérgio (2011b). "Investimento direto chinês em 2010 em Moçambique: Impacto e tendências". IDEIAS. Maputo: IESE
- Chichava, Sérgio. "Impacto e significado do investimento Chinês em Moçambique", in Alden, Chris and
- Chichava, Sérgio (s/d). *Mozambique and China: Challenges and opportunities*.
- Czaika, Mathias and De Haas, Hein (2015), "The Globalization of Migration: Has the World becomes more migratory?" *International Migration Review*, Vol. 28, N° 2, (Fall) pp. 283-323
- De Haas, Hein (2008). "Migration and Development: A Theoretical perspective". International Institute of Migration (IMI) James Martin 21st Century School, University of Oxford. WP9.
- De Haas, Hein (2010). "Migration and Development: A Theoretical perspective". *International Migration Review (IMR)*, Vol. 44, n° 1, (Spring), pp. 227-264.
- De Menezes, Gustavo Rocha (2013). *As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil*. Brasília: FUNAG.
- De Oliveira, Diogo Renato Barbosa (2015). *China vs Potencias Ocidentais em África: A questão do neocolonialismo em Angola e Moçambique*. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para à obtenção do grau de Mestre em Estudos Chineses.

- Dewidar, Karim (2015). "A New Colonialism for Africa: Towards an understanding of China-Africa relations". JPI: Fall, pp. 12-20.
- DW (2015). "Moçambique perde 540 milhões de dólares com madeira ilegal". Acessado em 16 de Março de 2017 no sítio web da DW: <http://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-perde-540-milh%C3%B5es-de-d%C3%B3lares-com-madeira-ilegal/a-18598533>.
- Ekman, S-MS; Wenbin, Huang e Langa, Ercílio (2014). *Comércio e investimento chinês na indústria madeireira de Moçambique: Um estudo de caso da província de Cabo Delgado*. Documento de Trabalho 132. Bogor, Indonésia: CIPOR.
- Escobar, Arturo (2004). "Beyond the Third World: imperial globality, imperial coloniality and anti-globalization social movements." *Third World Quarterly*, Vol. 25, no. 1, pp. 207-230.
- Everett, S. Lee (1966), "A Theory of Migration". *Demography*, Vol. 3, No. 1, pp. 47-57.
- Feijó, João (2006). *Perspectivas moçambicanas sobre a presença chinesa em Moçambique: Uma análise comparativa de discursos de entidades governantes, de blog e de trabalhadores moçambicanos no Maputo*. Projecto "Configurações empresariais na África e na China: Um estudo de quatro países", financiado pelo FCT (PTDC/AFR/72258/2006).
- Girouard, Étienne (2008). *China in Africa: Neo-Colonialism or a New Avenue for South-South Cooperation? A Review of Perspectives for the Africa-Canada Forum*.
- Grammaticas, Damian (2012). "Chinese Colonialism?" Acessado em 16 de Março de 2017 do sítio web da BBC News: <http://www.bbc.com/news/world-asia-18901656>.
- Hall, Stuart "Who needs identity?" In Hall, Stuart and Du Gay, Paul (eds.) (1996). *Questions of Cultural Identity*. London, Thousand Oaks and New Delhi: SAGE Publications.
- Hobsbawm, Eric and Ranger, Terence (eds.) (1983). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Horta, Loro (2008). *China's relations with Mozambique: a mixed blessing*. African.
- Ibarra-Colado, Eduardo (2007), "Organizations Studies and Epistemic Coloniality in Latin America: Thinking otherness from the margins". *World Knowledges Otherwise* Fall.
- Jacques, Martin (2009). *When China rules the World: The Rise of the middle Kingdom and the End of the Western World*. London: Allen Lane Penguin Books.

- Jone, BreeAna (2013). *Resources for infrastructure: The sustainability dynamics of Sino-Africa trade*. Syntao Sustainability Solutions.
- Kobzev, Artion (2013). *Chineses são os novos colonizadores de África?* Voz da Rússia (06/05/2013). Acessado em 14 de Março de 2017 no sítio web https://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/2013_05_06/Chineses-sao-os-novos-colonizadores-da-Africa/
- Konijn, Peter (2014). Chinese Resources-for-Infrastructure (R4I) Swaps: Na Escape from the Resource Curse. SAIIA, OccasionalPaper 201.
- Lancaster, Carol (2007). "The Chinese Aid System". Center for Global Development. www.cgdev.org
- Lander, Edgardo (org.), (2005), *A Colonialidade do Saber, Eurocentrismos e Ciências Sociais*. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO.
- Lepillez, Karine (s/d). "The Dark Side of Labor in China". Human Rights and Human Welfare.
- Liberti, Stefano (2011), *Land grabbing. Come il mercato delle terre crea il novo Colonialismo*. Roma: Maximum Fax.
- Lopes, Bárbara Ferreira e Nascimento, Daniele Cardoso (2013). "FOCAC: Estratégia económica e política de cooperação Sul-Sul". IV Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Damas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 05-08 de Novembro de 2013.
- Macagno, Lorenzo (2012). "Os 'Chineses' da Beira, Moçambique. Itinerário de uma dispersão". In Andrea Lobo e Juliana Bras Dias (orgs.). Brasília: África em Movimento
- Macahub (2017). "Investimento chinês em Moçambique aproxima-se de 6000 milhoes de dólares". Acessado em 17 de Março de 2017 no sítio web da Macahub: <http://www.macahub.com.mo/pt/2017/03/17/investimento-chines-em-mocambique-aproxima-se-de-6000-milhoes-de-dolares/>
- Mackenzie, Catherine (2006). *Forest governance in Zambézia, Mozambique: Chinese takeaway!* Maputo: FONGZA.
- Mackenzie, Catherine and Ribeiro, Daniel (2009). *Tristezas Tropicais: More Sad Stories from the Forests of Zambézia*. Maputo: Amigos da Floresta e Justiça Ambiental.
- Madureira, Margarida (2014). "Mega-projectos e Transição Agrária: o Caso do Projecto Wanbao (Moçambique)". Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. WorkingPaper 26.

- Medeiros, Eduardo (2007). *Os sino-moçambicanos da Beira: Mestiçagens várias*. Centro de Estudos Internacionais. Revista Caderno de Estudos Africanos (CEA), Dinâmicas políticas, Cidadania, Actores sociais em África.
- Medeiros, Eduardo (coord.) (2003). *GAZETA da Comunidade Chinesa em Moçambique, 1858 -1975*. No. 1. Núcleo sobre Estudos de África (NESA) do Centro Interdisciplinar de História Cultura e Sociedades (CIDEHUS). Universidade de Évora.
- Menell, Natasha (2010). “China and Africa: The New Neocolonialism?”. Helen Susan Foundation: Cambridge University.
- Michael, Fantahun H. (2013). *Africa-China relations: Neocolonialism or Strategy partnership? Ethiopia as a case analysis*. Thesis presented to the Academic Department of the Business and Economics in fulfillment of the requirements for the Degree of Doctor in International Relations at Atlantic International University. Honolulu, Hawaii.
- Mignolo, Walter D. (2003). *Histórias locais e Projectos Globais: Colonialidade, Saberessubalternos e Pensamento imiar*. Tradução de Solange Ribeiro Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Mignolo, Walter D. (2005). “Colonialidade de cabo a rabo: O Hemisfério Ocidental no horizonte conceitual da modernidade.” In Lander, Edgardo (org.), (2005), *A Colonialidade do Saber, Eurocentrismos e Ciências Sociais*. Perspetivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO.
- Neto, Jack e Rosas, Lucas (2014). “A presença chinesa na África – Cooperação ou Neocolonialismo”. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá.
- Nkrumah, Kwame (1965). *Neo-colonialism. The last stage of Imperialism*. London: Thomas Nelson and Sons.
- Ogunrotifa, Ayodeji Bayo (2011). “Chinese in Africa: New Colonialism is no a New Deal” Pula: Botswana Journal of African Studies, Vol 25, No. 2, pp. 228-245.
- Park, Yoon Jung, (2009). *Chinese Migration in Africa*. South Africa Institute of International Affairs (SAIIA). Johannesburg. Occasional Paper no. 24.
- Pohlmann, Jonas e Slaven (2010). “Algumas considerações sobre a presença chinesa na indústria extrativa em Moçambique”. Maputo: IESE.

- Quijano, Aníbal (2005). “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.” Buenos Aires: CLACSO.
- Ravenstein, Ernest Georg (1885). “The Laws of Migration”. *Journal of the Statistical Society of London*, Vol. 48, no. 2 (June), pp.167-235.
- Ravenstein, Ernest Georg (1889). “The Laws of Migration”. *Journal of the Statistical Society of London*, Vol. 52, no. 2 (June), pp.241-305.
- Robinson, David Alexander (2012). “Chinese engagement with Africa: The case of Mozambique”. Lisboa: *Portugese Journal of International Affairs* (Spring/Summer), pp.
- Roque, Paula e Alden, Chris (s/d). “China em Moçambique, Compromisso e Colaboração”. Maputo: IESE.
- Ross, (2015). “China’s ‘infrastructure for minerals’ gets reality-check in Congo”. Acessado em 16 de Março de 2017 no sítio web da Reuters: <http://www.reuters.com/article/us-congodemocratic-mining-china-insight-idUSKCN0PI1UB20150709>.
- Santos, Boaventura de Sousa (1998), “Fascismos sociais”. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo.
- _____ (2002b). “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, pp. 237-280.
- _____ (2007). *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78; pp 3-46.
- _____ (org.) (2002a). *Globalização e Ciências Sociais*. 2 ed. São Paulo: Cortez.
- SAPO (2014). “Mais de 90% da madeira moçambicana destinada à China é ilegal- Relatório” Acessado em 16 de Março de 2017 no sítio web da SAPO: http://noticias.sapo.pt/internacional/artigo/mais-de-90-da-madeira-mocambicana-destinada-a-china-e-ilegal-relatorio_18036916.html.
- Sautman, Barry and Hairong, Yan (2015). “Chinese Neo-colonialism in Africa: A Bien-pesant political ploy”. Acessado em 16 de Março de 2017 do sítio web da China Policy Institute Analyses: <https://cpianalysis.org/2015/12/17/chinese-neo-colonialism-in-africa-a-bien-pesant-political-ploy/>.
- Schirere, Richard, Ndikumana, Leónce e Walkenhorst, Peter (2011) (ed.). *China and Africa: An emerging partnership for development*. Tunisia: African Development Bank Group.

- Tiffen, Adam (2014). “The New Neo-colonialism in Africa”. Acessado em 16 de Março de 2017 da web da *Global Policy Journal*: <http://www.globalpolicyjournal.com/blog/19/08/2014/new-neo-colonialism-africa>
- Todorov, Tzvetan (1992). *The Conquest of America: The Question of the Other*. Translated by Richard Howard. London and New York. Harper Perennial.
- Treiman, Donald J. (2005). “The Legacies of Apartheid: Racial inequalities in the new South Africa.” Los Angeles: California Center Population Research. Online WPS CCPR-032-05.
- Vakruchev, V. (1975). *Neocolonialismo e seus métodos*. Tradução de Pedro Lopes d’Azevedo. Lisboa: Prelo Editora.
- Visentini, Paulo G. Fagundes e De Oliveira, Guilherme Ziebell (2012). “As relações sino-africanas: (muitos) mitos e (algumas) realidades”. Século XXI, Porto Alegre, Vol. 1, N°1, pp. 25-40.
- Zamparoni, Valdemir (2000). *Monbés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos: Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940*. Lusotepie 2000: 191-222.